

# **POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTO**

DALLA DEA, Vanessa Helena Santana  
ROCHA, Cleomar

## **RESUMO**

A inclusão e permanência de discentes com deficiência no ensino superior é um desafio que requer das instituições uma Política específica que considere todas as dimensões da acessibilidade. Este trabalho tem como objetivo apresentar o processo de escrita e os eixos da Política de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás. Trata-se de uma investigação qualitativa e descritiva, realizada na perspectiva de estudo de caso. Descritiva no que diz respeito aos passos e etapas que constituíram a base de escrita do documento, qualitativa na aproximação crítica do seu resultado. Como conclusão o artigo aponta para os oito eixos com metas e ações diversas que espelham a complexidade das relações de pessoas com deficiência no espaço e vida universitária.

**Palavras-chave:** Inclusão; Ensino Superior; acessibilidade.

## **ABSTRACT**

The inclusion and permanence of students with disabilities in higher education is a challenge that requires from institutions a specific policy that considers all the dimensions of accessibility. This paper aims to present the writing process and the axes of the Accessibility Policy from Goiás Federal University. It is a qualitative and descriptive research, performed in a case study perspective. Descriptive with regard to steps and stages which established the writing base of the document, qualitative in the critical approximation of its result. In closing, the article points to the eight axes with various goals and actions that reflect the complexity of the relationships of people with disabilities in the space and life inside the university.

**Keywords:** Inclusion; Higher Education; Accessibility.

## **Introdução**

As pessoas com deficiência têm direitos que garantem a inclusão no Ensino Superior. No entanto é preciso entender esse fato além de simplesmente um direito garantido por lei. A inclusão e diversidade devem ser entendidas como um valor para a sociedade contemporânea, principalmente para as instituições de ensino superior, que  
DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016

deveriam priorizar o ensino de qualidade para todos os alunos, provendo o acesso à formação, informação e conhecimento, aprimorando os sistemas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizado.

Temos vivenciado um aumento significativo no número de discentes com deficiência no ensino superior no Brasil, com avanços notórios nas últimas décadas. No entanto, para a permanência e sucesso destes alunos é preciso rever os processos educativos, para que o exercício da cidadania seja viabilizado, e a exclusão seja combatida, preparando o ambiente para receber pessoas com diferentes características, minimizando as lacunas ainda presentes entre os direitos adquiridos e a efetivação do acesso e permanência desses alunos (SIQUEIRA; SANTANA, 2010).

Felicetti e Morosini (2009) destacam que as instituições de ensino superior devem minimizar e extinguir os obstáculos para acesso, participação e resultados para dos discentes, independentemente de seu gênero, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências.

A inclusão de discentes com deficiência no ensino superior tem sido um desafio, que só será superado a partir do momento que se criar ações que efetivamente considerem a complexidade de sujeito e de suas relações cotidianas. Para isso as ações não devem ser pensadas de forma isoladas, e sim buscar-se o planejamento criterioso de uma ampla política de inclusão de ingresso e permanência das pessoas com deficiência (SIQUEIRA; SANTANA, 2010).

Rocha e Miranda (2009) relatam que para que se diminua a exclusão dos discentes com deficiência, as instituições devem considerar seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. Para isso a sociedade em geral e acadêmica precisam conhecer as diferenças, dividindo espaços com a igualdade e diversidade, e a universidade deve propor ações e intervenções que busquem transpor as barreiras e permitir não apenas o acesso, mas também a permanência, provendo condições que visam à aprendizagem desse aluno.

Sasaki (2009) apresenta as dimensões da acessibilidade para as pessoas com as diferentes deficiências, que vão muito além dos aspectos arquitetônicos, considerando também as dimensões comunicacional (que busca eliminar as barreiras na comunicação entre as pessoas), metodológica (refere-se às barreiras didático pedagógicas, de métodos

e técnicas), instrumental (elimina barreiras relativas a instrumentos, ferramentas, utensílios e tecnologias), programática (refere-se a eliminar barreiras embutidas em políticas, legislações, normas e projetos), e atitudinal (diz respeito a eliminação de preconceitos, esteriótipos, estigmas e discriminações).

No sistema educacional inclusivo, em todos os níveis e modalidades, desde a educação básica à educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem desses alunos. Estas ações devem envolver o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2008, p. 16, BRASIL, 2015, p. 07).

Pode-se verificar no “Documento orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior - SECADI/SESU–2013”, que compete aos gestores da educação superior,

[...] o planejamento e a implementação das metas de acessibilidade preconizadas pela legislação em vigor, bem como o monitoramento das matrículas dos estudantes com deficiência na instituição, para provimento das condições de pleno acesso e permanência (BRASIL, 2013a, p. 12).

No mesmo documento, as orientações aos gestores da educação superior são mais explícitas:

[...] As IES devem estabelecer uma política de acessibilidade voltada à inclusão das pessoas com deficiência, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; no planejamento e execução orçamentária; no planejamento e composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na

DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás**: Construção do Documento. Revista Polyphonia, 2016

disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis (BRASIL, 2013a, p. 12).

A Universidade Federal de Goiás (UFG) vem desenvolvendo sua política de acessibilidade desde 2008, por meio da criação do Núcleo de Acessibilidade, tendo em vista o debate dos valores democráticos na UFG e o compromisso desta com a justiça social. Com a necessidade de se efetivar uma política ampla na UFG, em 2014 foi criado o Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás (UFG) – SINAce, do qual fazem parte as pró-reitorias e órgãos da instituição que possuem relação com as diversas dimensões da acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal), representantes com deficiência dos servidores e discentes e representantes dos núcleos de acessibilidade das regionais da UFG (Goiânia, Jataí, Catalão e Cidade de Goiás).

Este artigo tem como objetivo apresentar o processo de criação deste documento assim como apresentar as metas contidas nele, relativas às diferentes dimensões da acessibilidade no ensino superior. Apesar de ter diversas ações de acessibilidade que já acontecem na UFG, sentimos necessidade de formalizar e institucionalizar a política de acessibilidade por meio da escrita de um documento que contenha diretrizes, metas e ações que garantam a inclusão e a permanência e fomentem o aprendizado dos discentes com deficiência.

### **Percurso metodológico**

Como apontado, este estudo relata uma investigação qualitativa e descritiva, realizada na perspectiva de estudo de caso. A partir desta caracterização de abordagem, são descritas as fases de desenvolvimento do documento, sintetizadas na etapa descritiva do texto. Inicialmente faremos uma pesquisa bibliográfica para contextualização teórica sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior, cujo resultado estará distribuído por todo o trabalho. Segue a descrição pontual do processo de escrita do documento de política de acessibilidade da UFG, incluindo dados quantitativos das reuniões, e a identificação dos atores do processo. Finalmente o percurso se completa com a descrição e discussão dos eixos da política e suas metas e ações.

Estudam na UFG 189 alunos com deficiência, sendo 57 com deficiência auditiva (dentre eles 27 são surdos), 52 alunos com deficiência física (dentre eles 04 são usuários DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016

de cadeira de rodas), 19 alunos que se declaram com deficiência intelectual (dentre eles dois alunos com síndrome de Down), 36 alunos com deficiência visual (dentre eles dois alunos são cegos) e 05 alunos com síndrome de Asperger.

### **Resultados e Discussão:**

Para o processo de criação do documento da Política de Acessibilidade da UFG foram realizadas ao todo 31 reuniões. Todo esforço de criação do documento foi de fundamental importância para a inclusão e permanência, fomentando o aprendizado das pessoas com deficiência nessa instituição. Por meio dele iremos valorizar, incentivar e institucionalizar ações dos diversos órgãos da UFG que favorecerão a acessibilidade nas suas diferentes dimensões.

Como dito nesse trabalho, com objetivo de formalizar e fortalecer a Política de Acessibilidade da UFG, foi criado em 2014 o SINAce (Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade da UFG) por meio da Resolução 43/2014 do Consuni com representantes de diversos órgãos, pró-reitorias e pessoas com deficiência da instituição. Oliveira, Melo e Elali (2008) relatam a importância de uma Política de Acessibilidade que envolva os diferentes setores da Universidade.

Assim, para construção desse documento, inicialmente foram criados, com os representantes que fazem parte do SINAce, Grupos de Trabalhos relativos aos oito Eixos. Para sistematização das metas e ações de cada eixo os grupos de trabalho foram formados com representantes do SINAce da seguinte forma: Eixo 1 sobre Acessibilidade: Inclusão e permanência participaram Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária, Centro de Seleção e Núcleo de Acessibilidade(NA); no Eixo 2 sobre Infraestrutura Acessível participaram Centro de Gestão do Espaço Físico; Docente com deficiência e NA; para Eixo 3 Acessibilidade Pedagógica e Curricular reuniu-se Pró-Reitoria de Graduação; Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação; aluno com deficiência e NA; para Eixo 4 Acessibilidade Comunicacional e Informacional participaram Sistema de Bibliotecas; Faculdade de Letras e Libras, interpretes da UFG, e NA; no Eixo 5 Catalogação das Informações sobre Acessibilidade reuniram-se Centro de Recursos Computacionais; Técnico de tecnologias assistivas e NA; para Eixo 6 Ensino, a Pesquisa e a Inovação em Acessibilidade participaram Pró-Reitoria de Pós-Graduação; Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação; Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (CIAR); Media Lab e NA; no Eixo 7 Extensão e Acessibilidade participaram Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e NA; e, finalmente, para formulação do Eixo 8, Recursos Humanos DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento.** Revista Polyphonia, 2016

e Financiamento da Política de Acessibilidade, participaram Pró-Reitoria de Administração e Finanças; Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos; Departamento de Recursos Humanos e NA.

Todos os órgãos que compõem o SINAce fazem parte da regional Goiânia, tendo em vista que os pró-reitores e diretores destes dirigem as demais regionais. No entanto, representantes desses órgãos se situam em cada uma das regionais do interior de Goiás, sendo responsáveis pelas ações nessas cidades. Como os alunos estão divididos nas regionais, a próxima etapa da estruturação do documento foi realizada nas regionais Catalão, Jataí e Cidade de Goiás. Assim, após estruturação mínima, juntamente com estes órgãos, o documento foi apresentado para os Núcleos de Acessibilidade das Regionais, que puderam discutir com seus pares e fazer contribuições ao documento.

Em seguida o documento foi apresentado na íntegra em três rodadas de conversa com alunos da UFG com deficiência física, visual, auditiva e intelectual, cabendo a eles a verificação de as metas e ações apresentadas atenderem suas necessidades e minimizarem as barreiras da inclusão, permanência e aprendizado no ensino superior.

Após aprovação do documento pelos alunos o documento foi apresentado em curso de formação de professores e técnico-administrativos da UFG, e conselhos diretores de diferentes unidades desta instituição, considerando e agregando ao documento todas as sugestões apresentadas. Neste momento pode-se incorporar ao documento a realidade de ação dos docentes e técnicos da instituição, fazendo as adequações necessárias e cuidando para que o documento agregasse uma política exequível, sem, no entanto, desconsiderar os direitos dos alunos.

No texto de introdução da Política de Acessibilidade foi apresentado um breve histórico dos órgãos de busca pela acessibilidade na UFG, de pressupostos básicos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e algumas legislações que consideramos fundamentais para inclusão, permanência e aprendizagem dos discentes com deficiência na UFG, sendo elas: Constituição Federal/88, Aviso Circular nº 277/9, Decreto nº 3.956/01, Lei nº 10.436/02, Portaria nº 2.678/02, Portaria nº 3.284/03, ABNT NBR 9.050/04, Decreto nº 5.296/04, Decreto nº 5.626/05, Programa Incluir (2005), Convenção da ONU (2006), PDE (2007), BRASIL (2008), Decreto nº 6.949/09, Decreto nº 7.234/10, CONEB (2008), CONAE (2010), Decreto nº 7.611/11, Lei 12764/12 e Lei 13146/15.

DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento.** Revista Polyphonia, 2016

Posteriormente o documento foi apresentado na íntegra para todos os representantes do SINAce, com discussão em três reuniões. Neste momento todos tomaram conhecimento do que foi discutido em cada um dos eixos, podendo ponderar e acrescentar elementos.

Ao todo foram 31 encontros para formulação, revisão e reformulação deste documento. Um trabalho minucioso para que esteja presente as ações que já existem na UFG em prol da acessibilidade e ações possíveis de serem realizadas, que atendam aos direitos legais dos alunos, servidores e comunidade em geral com deficiência.

Compõem o documento de Política de Acessibilidade da UFG oito eixos. Cada eixo tem metas e cada meta ações.

O primeiro eixo foi denominado “Acessibilidade: Inclusão e permanência”, que foi dividido em três metas. A meta 1 diz respeito a ampliar o número de discentes, docentes e técnico-administrativos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação no âmbito da UFG. Nesta meta foram prospectadas ações que buscam acessibilidade em curso pré-universitário inclusivo; escrita de um documento ao MEC para efetividade da acessibilidade na prova do Enem; aprimoramento dos procedimentos adotados na confecção, aplicação e correção das provas dos Concursos e Processos Seletivos da UFG; discussão da possibilidade de reserva de vagas às pessoas com as diferentes deficiências e em todos os cursos da UFG e na educação básica; e cumprimento da lei de Cotas nos concursos.

Segundo Felicetti e Morosini (2009), para proporcionar a igualdade de acesso das pessoas com deficiência no ensino superior é preciso oferecer melhores condições no ensino nos níveis anteriores ao ensino superior. Assim, no eixo Extensão são apresentadas e já são realizadas ações de eventos de formação de professores da educação básicas, com escolas e instituições que atendem pessoas com deficiência.

A meta 2 deste mesmo eixo de Inclusão e Permanência visa a realização de ações que favoreçam a permanência dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Entre as ações estão: apresentar formas de avaliação para assistência estudantil que considerem a realidade social e específica das pessoas com deficiência com cotas específicas no número de bolsas e assistências; implementar assistência específica nos restaurantes universitários (acessibilidade arquitetônica e serviço de preparação de prato); buscar melhores condições de transporte público acessível e discutir ações para permanência. As ações

DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016

ligadas à medidas de apoio e acompanhamento dos alunos de origem socioeconômica podem contribuir significativamente para equidade no ensino superior (FELICETTI; MOROSINI, 2009).

A terceira meta diz respeito a estabelecer convênios com instituições especializadas e/ou representativas e parcerias intrainstitucionais para efeito de prestação de serviços para os alunos com deficiência e assessorias para os serviços prestados na UFG. Entre as ações estão articular reuniões com diversos órgãos federais, estaduais, municipais, empresas, ONGs e entidades representativas de pessoas com deficiência do Estado de Goiás para articulações, ações e encaminhamentos para apoio às pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, assim como estabelecer canais de comunicação com a comunidade universitária com deficiência para orientar a otimização de recursos disponíveis e atendimento prioritário na UFG, tais como: Hospital das Clínicas, Projeto Saudavelmente, Atendimento Clínico do Curso de Psicologia, Centro de Línguas, Centro de Práticas Corporais, entre outros. A Lei 13146 (BRASIL, 2015) relata que os serviços oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior devem ter atendimento preferencial à pessoa com deficiência. Existem na universidade diversos serviços que podem auxiliar na inclusão e permanência dos alunos com deficiência. A mesma Lei apresenta a necessidade de atendimento educacional especializado para a inclusão da pessoa com deficiência e as instituições especializadas podem ser ótimas parceiras e assessorar o processo de inclusão na universidade.

O segundo Eixo da Política de Acessibilidade da UFG é Infraestrutura Acessível. Oliveira, Melo e Elali (2008) relatam que a acessibilidade física é primeira a ser lembrada em pesquisa com alunos com deficiência do ensino superior e isso se deve a própria condição de mobilidade reduzida. Diminuir essas barreiras é um importante passo para melhora da acessibilidade.

A primeira meta do eixo de Infraestrutura acessível é elaborar um programa de construção, reformas e/ou adaptações, manutenção das instalações e equipamentos da UFG, conforme os princípios do desenho universal, e realizar ações que minimizem barreiras arquitetônicas até que sejam eliminadas. Para atingir essa meta são planejadas as seguintes ações: realizar levantamento das instalações e equipamentos com restrição da autonomia e obstáculos arquitetônicos; priorizar rampas e elevadores e escadas, sempre que possível, realizar troca de salas de alunos com mobilidade reduzida, a fim de DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016



tornar o local das aulas mais próximo, marcar mobiliário e computadores preferenciais para pessoas com deficiência, respeitando sempre a livre escolha, mas garantindo espaço adequado. A segunda meta é construir as sedes dos Núcleos de Acessibilidade nas regionais da UFG, com ações como verificar disponibilidade de espaços, fazer projeto de sedes para regionais e buscar recursos financeiros para execução. A terceira meta referente ao eixo de Infraestrutura Acessível é construir rotas acessíveis nos Câmpus da UFG. Para alcançar esse objetivo serão realizadas ações de realizar um levantamento das principais rotas de circulação de pessoas com deficiência, projetar e sinalizar rotas acessíveis por meio de mapa tátil. A quarta meta deste eixo é reservar e sinalizar as vagas de estacionamentos da UFG, próximas dos acessos de circulação de pedestres para veículos que transportam pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, com ações complementares como realizar ação de conscientização do respeito às vagas de estacionamento e de liberar carros de alunos com deficiência devidamente sinalizados em estacionamentos específicos para professores e funcionários.

O terceiro eixo diz respeito à “Acessibilidade Pedagógica e Curricular”, considerando que essa política se refere ao meio educacional esse é um eixo fundamental e amplo considerando o objetivo de permanência e aprendizagem. Faz parte desse eixo as adaptações e adequações didático pedagógicas, para isso faz-se necessário que o docente tenha informações e suporte, e que sejam criadas formas de solucionar os problemas de acessibilidade ao conhecimento dos alunos (SIQUEIRA; SANTANA, 2010; CASTANHO; FREITAS, 2006).

Neste terceiro eixo a política estudada tem apenas uma meta, no entanto bastante ampla e complexa: garantir acessibilidade pedagógica e curricular dos discentes, docentes e técnico-administrativos com deficiência nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão. Entre as ações propostas estão: adquirir e adequar mobiliários para acessibilidade, incentivar publicações de materiais bibliográficos e didático pedagógicos para a inclusão, na UFG e de diferentes Núcleos de Acessibilidade; implementar um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, por meio de estudos de caso para atender às características dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade e autonomia; buscar junto ao MEC vagas para professores de apoio, intérpretes de Libras e equipe interdisciplinar para atuarem no ensino superior e na educação básica; garantir adaptações pedagógicas e DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016

avaliativas que considerem a singularidade da pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tais como: dilatação de tempo de avaliação, prova individualizada, oral, sinalizada, ampliada, em braile, em Libras, com recurso de tecnologias assistivas, permanência do professor de apoio ou intérprete de Libras em sala, ampliação do tempo de integralização do curso, disponibilização de material pedagógico coerente com os sistemas de computação de acessibilidade, entre outros; implementar projeto de auxílio acadêmico aos estudantes com deficiência realizado por colega/bolsista que atua como mediador das relações entre educador e educando, e apoio nas atividades realizadas; realizar reuniões com docentes e participar de conselhos diretores, a fim de esclarecer o papel do professor como responsável pelo processo de aprendizagem de todos os seus alunos e os professores de apoio e intérpretes como mediadores desse processo; realizar acompanhamento pedagógico aos alunos que utilizam o Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI); estudar e implantar a inclusão de conteúdos curriculares, nos cursos de nível superior, de temas relacionados à pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; oferecer cursos de extensão (em Libras, braile etc.) com a participação de pós-graduandos; desenvolver projetos de pesquisa e extensão em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, para a implantação de escolas públicas bilíngues em Goiânia e interior; promover reunião com docentes no intuito de orientar e oferecer apoio e suporte pedagógico para o desenvolvimento de “Projetos de Ensino” (Resolução 33/2014) auxiliando nos estudos dos acadêmicos, entre outros. A Resolução Consuni 33 de 2014 da UFG visa ao incentivo de orientação de alunos com deficiência por professores da UFG com pontuação para progressão na carreira equivalente a pontuação dada à um artigo de Qualis A1.

O quarto eixo da Política de Acessibilidade da UFG refere-se à Acessibilidade Comunicacional e Informacional. Rocha e Miranda (2009) relatam que as Tecnologias de Informação e Comunicação tem promovido mudanças e avanços significativos na sociedade e nos setores produtivos, no entanto no setor educacional ainda tem muito a progredir necessitando de investimento e estudos.

Este quarto eixo é composto de três metas: a primeira meta diz respeito a garantia de acessibilidade informacional com a implantação e implementação do Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI) nas Regionais por meio de ações como: ampliar trabalho no LAI buscando recurso financeiro e estrutural para compra de novos DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016

equipamentos; oferecer serviços de digitalização, conversão e ampliação de materiais bibliográficos impressos e digitais, computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela, impressão em braile, lupa ampliadora digital portátil, *scanner* leitor de livros, *scanner* digitalizador de imagens, folheador de páginas, entre outros equipamentos e serviços de acessibilidade no LAI; ampliar o número de profissionais efetivos para o atendimento no LAI, buscar a aquisição, desenvolvimento e disponibilização de materiais didáticos/pedagógicos e bibliográficos acessíveis (ex. gravações em Libras e audiodescrição), conforme demanda identificada e/ou solicitada; realizar a articulação entre universidades do Brasil para desenvolvimento de sítios eletrônicos para armazenamento e disponibilização de materiais bibliográficos acessíveis já produzidos; implementar o projeto Biblioteca Acessível, em parceria com as Bibliotecas Setoriais da UFG (sinalização interna e externa; realocação de espaços individuais e para pesquisa, banco de dados, repositório nacional de material digital – livros, apostilas, aplicativos diversos, entre outros).

Castanho e Freitas (2006) relatam que, também no contexto universitário, para que a inclusão aconteça o aluno com deficiência necessita de atendimento de suas necessidades educacionais especiais, para isso é fundamental que a instituição possua quadro de pessoal, tecnologia assistiva e formação dos professores e profissionais.

A segunda meta refere-se a melhorar a acessibilidade aos sítios eletrônicos da UFG, com ações como implementar barras de acessibilidade nas páginas e portais da UFG, assim como adquirir e criar ferramentas de acessibilidade utilizando os padrões W3C e e-MAG; e implantar um sistema para acessibilidade na web que possibilite a personalização das páginas, tornando-as mais acessíveis para todo e qualquer usuário, considerando o design universal.

A terceira meta tem como objetivo garantir a acessibilidade comunicacional dos discentes, docentes e técnico-administrativos com deficiência nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Para atingir esse objetivo estão planejadas ações como acompanhar a contratação de intérpretes de Libras e docentes para a disciplina de Libras; disponibilizar serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras; efetivar a interpretação de Libras em eventos científicos, acadêmicos e comemorativos; disponibilizar a interpretação em Libras de textos e conteúdos nos portais da UFG; oferecer serviço de interpretação Libras/português e vice-versa para estudantes e servidores surdos por intérpretes nos diferentes órgãos, pró-DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016

reitoras e biblioteca da UFG; implementar o módulo relativo às necessidades educacionais especiais no Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmica para comunicação entre os alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e os Núcleos de Acessibilidade.

Romeiro, Oliveira e Silvério (2014) relatam que a contratação de intérpretes de Libras nas universidades federais tem aumentado significativamente, que as demandas vão muito além da sala de aula, e que o trabalho desses profissionais junto ao docente é fundamental para a inclusão do surdo neste ambiente.

O quinto eixo trata da Catalogação das Informações sobre Acessibilidade. Para poder atuar adequadamente e criar ações que melhorem a acessibilidade na UFG é fundamental que se conheça qual a realidade dos alunos e da instituição. Esse eixo engloba três metas: a primeira é aperfeiçoar os sistemas de caracterização das pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação com ações que buscam atualizar o cadastro dos discentes de graduação, dos discentes de pós-graduação lato e stricto sensu, de docentes, técnico-administrativos e terceirizados e dos discentes da educação básica da UFG. A segunda meta busca catalogar informações sobre a realidade acadêmica de discentes, docentes, técnico-administrativos e terceirizados com deficiência, para acompanhar e implementar políticas e ações da UFG, buscando conhecer a realidade acadêmica dos discentes, docentes e técnicos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A terceira meta do eixo catalogação de informações visa a incentivar a criação de um observatório da política institucional de acessibilidade, com ações como buscar junto ao MEC informações sobre o Sisu para criação de indicador de impacto/quantidade de vestibulandos e matriculados por ano; criar indicador de meta/quantidade de Núcleos de Acessibilidade implantados na UFG; implantar indicadores de processo/recursos financeiros investidos; materiais didático pedagógicos disponibilizados; número de projetos elaborados, quantidade de profissionais para inclusão, entre outros.

O sexto eixo tem como tema o Ensino, Pesquisa e Inovação em Acessibilidade. Rocha e Miranda (2009), ao analisar as condições de acesso e permanência do aluno com deficiência numa universidade federal, dizem que é possível verificar o despreparo dos profissionais para proporcionar o atendimento adequado aos alunos com deficiência. Siqueira e Santana (2010) relatam que para que a inclusão de alunos com deficiência aconteça é preciso que se conheçam as condições, habilidades e dificuldades dessas

DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016

peças. Castanho e Freitas (2006) também afirmam que a capacitação da comunidade universitária é fundamental para que os direitos das pessoas com deficiência no ensino superior sejam efetivados. O sexto eixo da política de acessibilidade da UFG busca levar conhecimento e desenvolver pesquisas, preenchendo as lacunas da formação na universidade. A primeira meta visa a desenvolver cursos sobre temas da acessibilidade e/ou a eles relacionados para discentes e servidores da instituição com ações como criar mecanismos de incentivo à formação em Educação Inclusiva para docentes; efetivar a realização de cursos de Libras, braile e Sorobã, para discentes e servidores da instituição, conforme a demanda identificada e/ou solicitada; planejar cursos de especialização em Libras e em educação inclusiva, semipresencial e/ou a distância; acompanhar a inclusão da disciplina de Libras nos projetos pedagógicos de cursos, conforme determina o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005; apresentar o SINAce, os Núcleos de Acessibilidade, o Laboratório de Acessibilidade Informacional e o Núcleo de Tecnologias Assistivas (NTA) no “Programa Formação para a Docência no Ensino Superior” e no “Seminário de Integração” de novos técnico-administrativos da UFG; acompanhar e assessorar os projetos pedagógicos dos cursos, contemplando aspectos relativos à diversidade humana, conforme orientações legais da acessibilidade e princípios estatutários da UFG; oferecer suporte didático, pedagógico e tecnológico aos coordenadores e professores das unidades da UFG, para facilitar e garantir a inclusão dos discentes com deficiência (ex. disponibilização de livros digitalizados para pessoas com deficiência visual e adaptação dos procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem).

A segunda meta tem como objetivo incentivar a articulação entre grupos de pesquisas em Educação Inclusiva e Acessibilidade, visando ao desenvolvimento de pesquisas colaborativas e a constituição de redes de pesquisa, para submissão de propostas às agências de fomento, realizar projeto de pesquisa para detectar as barreiras na UFG, apoiar projetos de ensino e pesquisa inovadores na área de acessibilidade e inclusão, articular professores dos cursos de pós-graduação nos programas de mestrado e doutorado da UFG que discutam a Educação Inclusiva, para a criação de um mestrado interdisciplinar na área.

Na terceira meta o objetivo é implantar um programa de desenvolvimento e transferência de tecnologias assistivas às pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio de ações como apoiar a implementação do Núcleo de Tecnologias Assistivas (NTA) no âmbito da UFG, adquirir DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016

equipamentos comunicacionais para o Media Lab e Laboratórios de Acessibilidade Informacional, para o desenvolvimento e produção de material didático-pedagógico na perspectiva da acessibilidade.

O sétimo e penúltimo eixo diz respeito à Extensão e Acessibilidade. Castanho e Freitas (2006) nos lembram que o processo de inclusão é complexo e necessita do envolvimento de todos na instituição de ensino superior, assim a conscientização e informação da comunidade, famílias, da própria pessoa com deficiência, dos seus colegas de sala, dos professores e de toda comunidade acadêmica quebra preconceitos e minimiza barreiras. A extensão universitária pode ser uma excelente ferramenta para que esse objetivo seja atingido.

Neste eixo sobre extensão universitária é composto por quatro metas. A primeira diz respeito a implementar um programa de comunicação com a comunidade universitária, para sensibilização e reconhecimento dos valores sociais da convivência na diversidade e no ambiente acessível a todos. Desta meta fazem parte as ações: divulgação de ações de acessibilidade na UFG; implementar o projeto de sensibilização da reserva de vagas nos estacionamentos; implementar o projeto de disseminação da informação e sensibilização da comunidade universitária, acerca do convívio com a diferença e da educação como direito de todos. Na segunda meta busca-se realizar eventos sobre acessibilidade e educação inclusiva e/ou eventos acessíveis às pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio de ações realizar eventos anuais sobre a acessibilidade na educação básica e no ensino superior cujo objetivo é constituir um espaço de interação e diálogo sobre a política institucional de acessibilidade; disseminar nos eventos científicos da UFG a discussão da acessibilidade e inclusão; incluir o respeito à diversidade e os requisitos de acessibilidade nos Princípios da Extensão Universitária na UFG; assegurar, em igualdade de condições, o acesso da pessoa com deficiência a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer na UFG; melhorar a acessibilidade de pessoas com deficiências em ambientes culturais e de conhecimento permanentes na UFG. A terceira meta é incentivar a articulação entre projetos de extensão em Educação Especial/Educação Inclusiva, Acessibilidade e Inclusão, por meio apoio e incentivo para submissão conjunta de propostas às agências de fomento. A quarta meta se refere ao apoio a participação de representantes do SINAce em eventos acadêmicos e/ou institucionais sobre acessibilidade e educação inclusiva, para divulgar as ações dos núcleos de acessibilidade, buscando novos conhecimentos e

DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016

parcerias, em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, por meio de publicações científicas em periódicos, revistas especializadas, anais e outros afins.

O oitavo e último eixo tem como denominação Recursos Humanos e Financiamento da Política de Acessibilidade. Os recursos financeiros e humanos são fundamentais para melhora da acessibilidade na instituição de ensino superior. Reformas, construções acessíveis e compra de equipamentos de tecnologia assistiva são elementos que necessitam de recursos financeiros. Oliveira, Melo e Elali (2008) relatam que para o atendimento educacional especializado no ensino superior precisa-se da atuação de uma equipe multidisciplinar com profissionais das mais diversas áreas (humanas, saúde, tecnológica). A Lei 13146 (BRASIL, 2015) apresenta a necessidade de que os interpretes de Libras e professores de apoio que irão atuar no ensino superior tenham formação de ensino superior, pois a complexidade neste espaço não permitiria a atuação de um profissional de ensino médio. No entanto as instituições federais de ensino superior não possuem códigos de vagas para contratação desses profissionais.

Para esse eixo que se refere a recursos financeiros e humanos as metas pensadas na política de acessibilidade da UFG foram: definir estratégias para contratação de técnico-administrativos e outros profissionais para atender as demandas da educação inclusiva na UFG, por meio de reuniões junto ao MEC; buscar recursos da UFG para infraestrutura, comunicação, informação e atividades de ensino, pesquisa e extensão; e captar recursos junto aos ministérios federais e agências de fomento.

### **Considerações finais:**

A inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular em todos os níveis, da educação infantil à pós-graduação, já é um direito adquirido desde a década de 1990. No entanto, muitos desafios e muitas barreiras ainda precisam ser superados. O número de discentes com deficiência no ensino superior tem aumentado progressivamente, e os núcleos de acessibilidade das universidades federais têm buscado atendimento digno para esses alunos, superando apenas a presença dessas pessoas nas instituições, garantindo também sua permanência e aprendizado destes.

No entanto, a inclusão é um elemento complexo que necessita de atendimento às necessidades educacionais especiais de indivíduos com diferentes deficiências que resultam em necessidades específicas e diversas e nas diversas dimensões da acessibilidade (arquitetônicas, comunicacional, metodológica, instrumental, DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016

programática e atitudinal). Nenhum órgão sozinho dentro da instituição tem condições de abraçar tamanha complexidade. Desta forma, acreditamos que o núcleo de acessibilidade deve ser um órgão articulador da política com suas metas e ações e toda a universidade deva estar envolvida nas discussões e ações de acessibilidade.

Na Universidade Federal de Goiás a construção da política de acessibilidade foi um momento muito valioso, em que muitos atores se dedicaram a discussão das ações que já vem sendo realizadas, dos direitos e necessidades das pessoas com deficiência, e de como vamos melhorar a acessibilidade nesta instituição. No entanto o controle e execução de cada uma das metas e ações será importante para que a efetivação da inclusão, permanência e aprendizagem do discente com deficiência aconteça realmente.

Mais que isso, é preciso implementar ações efetivas que transformem leis escritas em mudança social. É neste sentido que a implementação do documento aqui exposto sustenta passos seguros para a ampla participação e a articulação da comunidade da UFG no processo de valoração da acessibilidade, que neste contexto deixa de ser pura obrigação, avançando e compondo o pleno exercício de cidadania.

## **Referências**

BRASIL, *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1669-0-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1669-0-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)

BRASIL. Associação Brasileira de Norma Técnicas *NBR 9.050*, 2015. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_164.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf)

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf)

BRASIL. *Decreto nº 3.956* - Convenção da Organização dos Estados Americanos, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3956.pdf>

DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás**: Construção do Documento. Revista Polyphonia, 2016



BRASIL. Decreto nº 5.296, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>

BRASIL. *Decreto nº 7.234*, Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)

BRASIL. *Decreto nº 7.611*, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)

BRASIL. *Decreto no. 6.949*, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)

BRASIL. Lei 12764. *Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*, 2012. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1033668/lei-12764-12>

BRASIL. Lei 13146 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015 Disponível em: <http://www.senadorpaim.com.br/uploads/downloads/arquivos/daed457c4a7524302b56e700fa609419.pdf>

BRASIL. *Lei nº 10.436* - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, 2002 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. *Aviso circular nº 277/MEC/GM*, Brasília, 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/aviso\\_circular277.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/aviso_circular277.pdf)

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Nº 2.678*, de 24 de setembro de 2002. Disponível em: [ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes\\_2002/por2678\\_24092002.doc](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc)

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Nº 3.284*, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria3284.pdf>

BRASIL. SECADI/SESU *Documento orientador programa incluir - Acessibilidade na educação superior*, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category\\_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192)

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. Inclusão e prática docente no ensino superior. *Revista Educação Especial*, n. 27, p. 93-99, 2006 Santa Maria Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

CONEB. *Conferencia nacional de educação básica*, 1., 2008, Brasília, DF. Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2008

DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final*. Brasília, DF: MEC, 2010.

FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marília Costa. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009.

OLIVEIRA, Edja Renata Marques de; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; ELALI, Gleice Virginia Medeiros de Azambuja. Acessibilidade e participação de estudantes com deficiência física na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 33, n. 19, p. 63-87, set./dez. 2008.

ONU, *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Sede das Nações Unidas*, Nova Iorque, 2006. Disponível em: [http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/comentarios\\_a\\_convencao\\_sobre\\_os\\_direitos\\_das\\_pessoas\\_com\\_deficiencia.pdf](http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/comentarios_a_convencao_sobre_os_direitos_das_pessoas_com_deficiencia.pdf)

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. *Revista Educação Especial* v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009, Santa Maria Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>

ROMEIRO, S. A. L. V.; OLIVEIRA, I. N. SILVÉRIO, C. C. P. *O trabalho do Tradutor Intérprete de Libras-Português nas Universidades Federais Brasileiras*. Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/2014/2957.pdf>

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SIQUEIRA, Inajara Mills; SANTANA, Carla da Silva Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.16, n.1, p.127-136, Jan.-Abr., 2010.

DALLA DEA, VHS; ROCHA, C. **Política de Acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: Construção do Documento**. Revista Polyphonia, 2016